

Eleições Caras

20.I.53

O princípio da coincidência dos mandatos originou-se na necessidade, geralmente reconhecida, de cercar-se a influência do Poder Executivo nas eleições legislativas. Estando já a expirar o seu mandato, muito menor seria o seu interesse em constituir um Congresso à sua feição e menos acentuada seria a sua capacidade para o conseguir. Já demonstramos, em anterior artigo, ser tal uma ilusão, pois todo governo tem interesse em ser sucedido por um governo amigo e, só depois de eleito ou por tal julgado o sucessor, começa a minguar o prestígio do Presidente da República. Antes disto, é ele todo poderoso, como distribuidor que é das cartas e dos trunfos. E' do regime e nele não se pode evitar.

Surgiu agora, em favor do alvitre, uma outra razão, perfilhada pelo deputado Joel Presidio: são muito dispendiosas as eleições e, por isto, convém evitar-lhe a excessiva frequência. Ora, a democracia é sempre um regime caro, demanda constantes esforços e dispêndios e, por isto, dizia Mussolini que sómente os povos ricos se podiam permitir semelhante luxo. A liberdade, como tudo neste mundo, tem o seu preço.

A aceitar o argumento, começaríamos não só por estabelecer a coincidência dos mandatos, mas também por lhes dilatar o prazo. E, de dilação em dilação, chegaríamos à supressão das eleições, como nos bons tempos do Estado Novo...

As eleições são dispendiosas, nem o podem deixar de ser. Mas, sendo elas assim em toda a parte e só aqui surgindo o argumento, é que existem entre nós fatores agravantes do fenómeno. Por que se queixam todos de que as eleições custam caro?

E' porque não temos ainda, entre nós, verdadeira democracia. Graças ao nefando sistema de governo que instituímos com a República e cada vez mais nos vai deseducando para a vida pública, é a eleição um ato que interessa a poucos, interessa principalmente aos candidatos e aos patronos dos candidatos, mas cujo alcance escapa à percepção da grande maioria do eleitorado. Votar não é exercer um dever cívico, em benefício da comunhão, senão sómente praticar um ato em favor de determinados indivíduos. Por isto, mister se faz dispendir muito mais, do que seria normal, para abalar a inércia do eleitorado, e recaem sobre poucos as despesas que deveriam caber à inteira co-letividade partidária.

Outra razão não têm as queixas que se fazem comumente contra o poder do dinheiro nas eleições brasileiras. Agora, é o voto uma realidade, não obstante algumas defraudações ainda ocorrentes. Desapareceu o bico de pena como elemento eleitoral. Necessário se torna aliciar eleitores. E, dado o nosso defeituoso sistema, que procura conciliar a representação proporcional com o voto pessoal, têm geralmente a palma em semelhantes disputas os candidatos financeiramente mais poderosos.

Em suma, as nossas eleições são dispendiosas porque não logram interessar a grande massa do eleitorado e

não a interessam, em grande parte, por causa do nosso regime político.

Em tais condições, grave erro seria espaçar, em vez de amiudar os pleitos eleitorais. Quanto maior número de anos ficar o título guardado no fundo de uma gaveta, mais custará ao cidadão ir buscá-lo para votar. Neste infeliz regime, que só reclama o voto pessoal, nada mais que o voto num dia determinado, o cidadão não só chega a esquecer que é eleitor, senão também perde a consciência de que é cidadão. Cada pleito se torna como que um brado de alerta E o exército eleitoral estará sempre mais ou menos mobilizado.

Assim, muito ao contrário do que preconiza o sr. Joel Presidio, dever-se-iam amiudar as eleições em vez de espaçá-las. A pequena duração dos mandatos e a frequência dos pleitos são o único corretivo democrático que o sistema presidencial comporta. Nos Estados Unidos, realizam-se de dois em dois anos eleições legislativas federais, de quatro em quatro anos eleições presidenciais e, com a mesma frequência, se realizam as eleições estaduais.

Para que as eleições custem menos é preciso que entrem nos hábitos do povo.